

Artigo especial

De CCZ a UVZ: mudança de paradigma no controle de zoonoses

From CCZ to UVZ: paradigm shift in the control of zoonoses

Ricardo Conde Alves Rodrigues¹; Andrea Paula Bruno von Zuben²; Tosca de Lucca¹; Cláudio Luiz Castagna¹; Aline Nitsche¹; Douglas Presotto³; Brigina Kemp¹

¹Prefeitura Municipal de Campinas. Unidade de Vigilância de Zoonoses. ²Prefeitura Municipal de Campinas. Departamento de Vigilância em Saúde. ³Prefeitura Municipal de Campinas. São Paulo, Brasil

RESUMO

O controle de zoonoses é atribuição dos municípios que, por meio de normativas legais, devem adotar políticas públicas sobre o tema. Em Campinas, as estratégias de vigilância das zoonoses foram desenvolvidas por diferentes serviços. A partir da década de 2000, o serviço municipal responsável pelo controle das zoonoses acumulou demandas referentes à proteção animal. A complexidade das duas áreas (controle de zoonoses e proteção animal) fez com que o município, em 2014, realizasse dicotomia entre estes serviços. As ações de controle de zoonoses passaram a ser realizadas pela Unidade de Vigilância de Zoonoses; as de proteção animal, pelo Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal. Este artigo descreve os fatores que levaram o município a fazer esta dicotomia. A experiência de Campinas indica que a divisão entre as ações de saúde pública e de proteção animal é exequível e pode ser um exemplo de política pública para outros municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Vigilância. Zoonoses. Proteção Animal.

ABSTRACT

The control of zoonoses is attributed to the municipalities that, through legal regulations, must adopt public policies on the subject. In Campinas, surveillance strategies of zoonoses were developed by different services. From the 2000s, the municipal service responsible for the control of zoonoses accumulated demands related to animal protection. The complexity of the two areas (control of zoonoses and animal protection) caused the municipality, in 2014, to perform a dichotomy between these services. The zoonoses control actions were carried out by the Zoonoses Surveillance Unit; animal protection, by the Department of Animal Welfare and Protection. This article describes the factors that led the municipality to make this dichotomy. The experience of Campinas indicates that the division between public health and animal protection actions is feasible and can be an example of public policy for other municipalities.

KEYWORDS: Surveillance. Zoonoses. Animal Protection

Uma zoonose é qualquer doença ou infecção naturalmente transmissível de animais vertebrados aos humanos,¹ dentre as quais, em ambiente urbano, destacam-se a raiva, a leptospirose, as leishmanioses visceral e tegumentar, entre outras.²

No município de Campinas, interior do Estado de São Paulo, as atividades de controle de zoonoses foram desenvolvidas ao longo do tempo por diferentes serviços, com níveis distintos de complexidade. Este município tem uma população estimada de 1.173.370 habitantes e uma área de 796,4 km², sendo 388,9 km² correspondentes ao perímetro urbano e 407,5 km² à área rural. Suas coordenadas geográficas são: latitude S 22°53'20"; longitude O 47°04'40"; sua altitude é de 680 metros acima do nível do mar.^{3,4}

Nesse município, a primeira referência ao controle de zoonoses encontra-se em um decreto municipal de 1933,⁵ o qual criou a Inspetoria

Municipal de Veterinária, que estabelecia a fiscalização de cães e a vacinação destes contra a raiva. Esta Inspetoria, considerada uma repartição autônoma e dependente da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), foi instalada na Delegacia de Saúde. Um ano mais tarde, em outro decreto municipal,⁶ definiu-se a obrigatoriedade de registro de todos os cães na PMC e a vacinação obrigatória destes animais contra a raiva.⁷ A vacinação pública e gratuita contra a raiva em cães foi instituída pelo município em 1953, sendo que Campinas foi pioneira na implantação desta importante medida de controle da doença.⁶

Em 1972, foi criado o Serviço Médico Veterinário Municipal (SMV),⁸ por meio do desmembramento da antiga Divisão de Alimentação Pública. Esse serviço tinha por atribuições as ações de controle da raiva, doença que grassava na época, com ocorrências de casos na população humana e de animais

domésticos de estimação. O SMV realizava também o controle de animais domésticos soltos em vias e logradouros públicos (apreensão e manutenção), além de cuidar dos animais silvestres alojados nos parques e outras áreas públicas, bem como dos animais de tração da PMC, utilizados para diversas finalidades, entre elas, as atividades de limpeza pública. Entre as ações de controle da raiva desenvolvidas nesta época, já se realizava o envio de animais para diagnóstico laboratorial ao Instituto Pasteur, em São Paulo.

No início dos anos 80, com a denominação de Serviço Veterinário e Controle de Zoonoses (este vinculado ao Departamento de Saúde/SMS),⁹ outras atividades passam a ser desenvolvidas, como o controle de roedores e o controle de vetores. Em 1981 há o registro do último caso de raiva humana no município¹⁰ e, no ano seguinte, o último caso de raiva em cão infectado pela variante viral canina foi reportado (a partir deste ano, todos os casos de raiva em animais domésticos ou silvestres foram originados por variantes virais de morcegos).

Em 1995, esse serviço passa a ser denominado Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), vinculado à Coordenadoria de Vigilância e Saúde Ambiental do Departamento de Saúde.¹¹ É a partir dessa década (de 1990) que o CCZ passa a realizar projetos pontuais de controle populacional de cães e gatos, de educação em posse responsável e de atendimento clínico de animais domésticos de estimação voltados à população do município.

Apesar da gradativa mudança de caráter do serviço, a década de 2000 foi marcada por questionamentos por parte da opinião pública e das entidades de proteção aos animais quanto

às condutas adotadas pelo CCZ, sobretudo naquelas relacionadas ao recolhimento de cães, à manutenção destes animais em suas estruturas e à eutanásia. Um dos questionamentos era o porquê se mantinham ativas condutas executadas durante décadas, como o recolhimento de grande quantidade de cães soltos às vias públicas, sendo que não mais existia no município justificativa epidemiológica para tal (ou seja, casos de raiva em cães e gatos infectados pela variante viral canina). Ao longo desta década, a mudança do perfil epidemiológico da raiva, a pressão da opinião pública e uma lei que vedava a eliminação da vida de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses¹² fizeram com que o CCZ adotasse gradativamente o conceito de recolhimento seletivo de cães e gatos. Assim, passaram a ser recolhidos das vias e logradouros públicos e de domicílios apenas os animais de interesse à saúde (como aqueles causadores de agravos a humanos ou com risco iminente de causar agravos), ou animais em estado de sofrimento soltos às vias públicas. Desta forma, o número de cães e gatos recolhidos pelo CCZ diminuiu drasticamente se comparado aos anos anteriores.

Apartir da década de 2010, há uma diminuição ainda mais drástica deste recolhimento, sempre privilegiando situações de risco à saúde pública ou de bem estar animal. Porém, ainda havia a cobrança ao poder público de ações efetivas de controle populacional de cães e gatos, de educação em posse responsável e de registro e identificação de animais.

Ainda neste contexto, surgem no município situações relevantes para a saúde pública e que necessitavam da intervenção dos serviços de vigilância. Em 2009 foi registrado o primeiro caso canino autóctone de Leishmaniose Visceral

(LVC).¹³ A partir desse registro deflagrou-se uma série de ações programáticas nessa área de transmissão de LVC, em uma região restrita do município.¹⁴ Esta situação, nova até aquele momento, exigiu dos serviços de vigilância epidemiológica do município (dentre eles do CCZ) uma atuação marcante, com grande aporte de recursos humanos e materiais.

Neste momento, um novo cenário epidemiológico se desenhava, com necessidades de ações de prevenção e de controle de zoonoses. Por sua vez, continuava existindo uma pressão por parte da sociedade civil organizada reivindicando serviços ligados à proteção e bem-estar animal. Este cenário fazia com que o CCZ adotasse um modelo híbrido de atribuições, mesclando ações de saúde pública e ações de proteção animal. As demandas crescentes de proteção animal, muitas das quais com forte apelo da opinião pública, não eram desempenhadas a contento, gerando um desgaste permanente aos gestores e trabalhadores do CCZ. Ressalta-se também que o prédio que abrigava o CCZ foi construído em 1971 e formatado para uma lógica de trabalho voltada ao recolhimento de grande quantidade de cães e de curta permanência deles em suas dependências, visando o controle da raiva. Logo, o prédio não estava preparado para a manutenção de animais por longos períodos, algo que se tornou frequente a partir da década de 2000, uma vez que, mesmo com o recolhimento seletivo, apenas uma pequena quantidade dos cães recolhidos era doada, fazendo com que a estrutura dos canis permanecesse frequentemente cheia.

A partir de 2012, passou-se a ser discutida a possibilidade de dicotomia das ações de saúde pública e das de proteção animal, com a formatação de dois serviços distintos, um

deles vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e outro ligado à pasta do Meio Ambiente. Parte desta discussão já vinha sendo feita por um grupo de trabalho instituído na Câmara Municipal, que tinha como atribuição formatar uma nova legislação que compilasse todas as peças jurídicas que tratavam da temática “animais”. A dicotomia entre os serviços também era defendida pelas entidades de proteção animal, que vislumbravam uma priorização de ações voltadas à causa animal em um novo departamento, este não mais vinculado à SMS.

Paralelamente, alguns marcos legais foram importantes para que tal dicotomia se concretizasse. Entre eles, duas Portarias do Ministério da Saúde,^{15,16} as quais definem o que vem a ser uma Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ) e quais são as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Destaca-se ainda a publicação de um documento complementar, que fez esclarecimentos sobre a Portaria nº 1.138/Ministério da Saúde.¹⁷ Assim, mediante a publicação destas portarias, houve uma elucidação de quais ações poderiam ser desenvolvidas pelos antigos CCZ, denominados a partir de então de UVZ, nas quais não estavam contempladas atividades de proteção animal.

A publicação dessas Portarias e os debates que vinham sendo feitos acerca da missão dos serviços de zoonoses em Campinas foram os ingredientes para que o município decidisse tomar uma decisão de caráter técnico e político. Assim, em 2014, foi criada a UVZ (em substituição ao CCZ), vinculada ao Departamento de Vigilância em Saúde (Devisa/SMS), com priorização de ações com

relevância à saúde pública. Paralelamente, as demandas referentes ao recolhimento e manutenção de animais domésticos passam a ser desenvolvidas por um novo serviço, criado a partir de Lei Complementar,¹⁸ o Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA), ligado à Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável (SVDS).

Assim, em 2014, o Devisa/SMS e a SVDS passaram a discutir de que modo seria feita a transição para a criação da UVZ e do DPBEA. Como resultado destas tratativas, foi publicada uma portaria intersecretarias, produto de um intenso trabalho de caráter intersetorial e multidisciplinar, que definiu como seria realizada tal transição, que culminou com a cessão do prédio do antigo CCZ para o DPBEA.¹⁹ A então recém-criada UVZ passa a funcionar, a partir de novembro de 2014, em um novo prédio.

Dentro de sua nova estrutura física (esta sem alojamentos para animais), a UVZ passa a focar suas ações em programas de vigilância e controle de agravos de relevância em saúde pública. No âmbito do município de Campinas, as ações de saúde do Sistema Único de Saúde são realizadas em territórios sob a responsabilidade de cada Unidade Básica de Saúde. Estas unidades são ligadas formalmente aos Distritos de Saúde e referenciadas tecnicamente a cinco regionais da Vigilância em Saúde, as quais são compostas por equipes multiprofissionais ligadas formalmente ao Devisa. Assim, as atividades básicas da vigilância epidemiológica de zoonoses, quais sejam, notificação de casos/surtos, investigação clínica e epidemiológica, análise de dados e adoção de medidas de prevenção e controle, são realizadas pelos níveis local e regional nas suas áreas de abrangência específicas.

Os Centros de Referência do Devisa, como a UVZ, são responsáveis pela gestão técnica e execução de parte das atividades, das ações e das estratégias referentes ao controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

As principais frentes de trabalho desenvolvidas pela UVZ foram inseridas no Programa de Vigilância e Controle da Raiva e no Programa de Vigilância e Controle da Leishmanioses. As demandas referentes a abelhas e vespas (que representavam risco iminente à saúde pública) passaram a ser atendidas no município pela UVZ, bem como as ações relacionadas ao controle de animais da fauna sinantrópica e peçonhentos (estas já compartilhadas desde o ano 2000 com as equipes das Vigilâncias em Saúde regionais do município). Para atender suas necessidades, a estrutura da UVZ passa a albergar um laboratório entomológico, um laboratório de quirópteros e uma sala de necropsia.

De acordo com dados secundários da UVZ, em 2015, primeiro ano de atividade desse serviço, foram realizados 1.578 atendimentos de solicitações relacionadas ao programa de vigilância da raiva ou relacionadas à vigilância de animais sinantrópicos e peçonhentos de interesse à saúde pública. Foram recolhidos 565 morcegos por meio de vigilância passiva (ante 501 recolhidos no ano anterior, 2014), dos quais seis foram positivos para raiva (Tabela 1). Para cada morcego recolhido, houve intensa investigação para o levantamento de contactantes humanos e animais, para que as devidas providências fossem tomadas (tratamento com sorovacinação em humanos e vacinação e quarentena, em cães e gatos). Nas áreas em que foram diagnosticados morcegos

com raiva, desencadearam-se ações com ênfase na educação em saúde. Ainda neste ano, mereceu destaque um caso de raiva canina (infectado por variante viral de morcego), trinta e três anos após a última ocorrência da doença em animais desta espécie.²⁰ Nesta ocasião, foi imprescindível uma atuação técnica integrada entre a UVZ e os demais serviços de vigilância e de assistência do município, o que culminou em uma grande ação de bloqueio de foco de raiva, com a vacinação de cães e gatos na área trabalhada.

No Programa de Vigilância e Controle das Leishmanioses, em 2015, destacaram-se as ações de monitoramento de cães que vivem na área de transmissão autóctone de LVC. Nesta área, 1.505 cães receberam a coleira de

deltametrina 4%, que vinha sendo fornecida pela PMC desde 2011. Estas coleiras são trocadas a cada quatro meses, de acordo com recomendações do fabricante. Desde que iniciada esta estratégia de controle, observou-se queda da incidência de LVC na referida área. Em relação às ações de vigilância entomológica, foram armadilhados 654 pontos do município para o monitoramento dos flebotomíneos (nas áreas rurais e urbanas). Através deste trabalho, foram identificados insetos vetores de leishmaniose tegumentar em todas as regiões do município; insetos vetores de leishmaniose visceral foram encontrados na área de transmissão autóctone do município, bem como em mais duas regiões de Campinas (Tabela 2).

Tabela 1. Atividades de vigilância e controle da raiva; atividades de manejo de fauna sinantrópica e de animais peçonhentos de interesse à saúde pública realizadas pela UVZ Campinas, ano de 2015

Atividade	Número
Doses de vacina contra a raiva aplicadas em cães e gatos contactantes de morcegos	901
Morcegos (recolhimento)	565
Morcegos (atendimento <i>in loco</i> para orientação)	118
Recolhimento de cadáver de cão/gato (material para diagnóstico de raiva)	81
Recolhimento de cadáver de animais silvestres (material para diagnóstico de raiva)	11
Ocorrências Abelhas/Vespas	425
Fauna sinantrópica (outros atendimentos)	272
Roedores (atendimento e monitoramento)	187
Ocorrências Aranhas/Escorpiões/Serpentes	35

Tabela 2. Atividades de vigilância e controle das leishmanioses realizadas pela UVZ Campinas, ano de 2015

Atividade	Número
Investigação de foco de LVC. Imóveis visitados	2.167
Investigação de foco de LVC. Cães com amostra de sangue coletada	337
Inquérito censitário em área de transmissão de LVC. Cães com amostra de sangue coletada	467
Aplicação de coleiras de deltametrina 4% em cães de área de transmissão de LVC (nº de cães)	1.505
Vigilância entomológica. Amostras coletadas	654

Com a criação da UVZ, o recolhimento de cães, gatos e animais domésticos de grande porte passou a ser feito pelo DPBEA. Nas situações em que há indicação de recolhimento de animais de relevância à saúde, o DPBEA faz o recolhimento e a manutenção do animal nas suas dependências mediante solicitação da UVZ, até que se encerre o período de observação.

A experiência de Campinas indica que a dicotomia entre as ações de saúde pública e de bem-estar e proteção animal é exequível e permite que os diferentes serviços foquem suas atividades naquilo que é a sua atribuição. Ao haver separação de atribuições, há fortalecimento de ações que se destinam à vigilância dos fatores de risco relativos às zoonoses e consequente melhoria na prevenção, promoção e proteção à saúde humana, aumentando ainda a possibilidade de tomada de decisão em tempo oportuno. Há também o fortalecimento das ações voltadas à proteção

e bem-estar animal. Dois serviços trabalhando de maneira complementar são capazes, inclusive, de atuar de forma conjunta para resolução de situações de maior complexidade. Em suma, esta experiência vem se mostrando exitosa e pode ser um exemplo de política pública para outros municípios, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde.

Contribuição dos autores

Rodrigues RCA participou da concepção e delineamento do estudo, aquisição, análise e interpretação dos dados e elaboração de versões preliminares do artigo. Von Zuben APB, de Lucca T, Presotto D, Castagna CL, Nitsche A, Kemp B participaram da aquisição, análise e interpretação dos dados, elaboração de versões preliminares do artigo e revisão crítica relevante do conteúdo intelectual do manuscrito. Todos os autores aprovaram a versão final do manuscrito e declararam ser responsáveis por todos os aspectos do trabalho, garantindo sua precisão e integridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. World Health Organization [internet]. Zoonoses. WHO;c2017 [acesso em 10 dez 2016]. Disponível em: <http://www.who.int/topics/zoonoses/en/>
2. Reichmann MLAB, Sandoval MRC, Formaggia DME, Presotto D, Nunes VFP, Santos LS, et al. Orientação para projetos de Centros de Controle de Zoonoses (CCZ). São Paulo, Instituto Pasteur, 2000 (Manuais, 2) 45 p.
3. Cidades@ [internet]. São Paulo: IBGE [acesso em 10 dez 2016]. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=3509502>
4. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano [internet]. Campinas. [acesso em 13 jan 2017]. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/cidade/>
5. Campinas (Cidade). Decreto nº 46, de 04 de fevereiro de 1933. Cria a Inspeção Municipal de Veterinária. Diário Oficial do Município de Campinas. 04 fev 1933.
6. Campinas (Cidade). Decreto nº 74, de 12 de março de 1934. Sobre gêneros alimentícios e fiscalização da Inspeção

- Municipal de Veterinária. Diário Oficial do Município de Campinas. 12 mar 1934.
7. Dias JC. Virtuosa Missão: a história da medicina veterinária no Estado de São Paulo e as suas contribuições para o desenvolvimento da criação de animais no Brasil. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015. p. 250.
 8. Moraes JEC, Zanata AF, Thomé CM, Moreira DCB, Presotto D, Costa IC, et al. Raiva felina no Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, em 2010. BEPA, Bol. epidemiol. paul. 2011;8(96):4-10.
 9. Prefeitura Municipal de Campinas. Decreto nº 7.511, de 06 de dezembro de 1982. Cria o serviço de controle de zoonoses no departamento de saúde da secretaria de saúde e dá outras providências [internet]. [acesso em 08 jan 2017]. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/125502>
 10. De Lucca T, Rodrigues RCA, Castagna C, Presotto D, De Nadai DV, Fagre A, et al. Assessing the rabies control and surveillance systems in Brazil: an experience of measures toward bats after the halt of massive vaccination of dogs and cats in Campinas, Sao Paulo. Prev. vet. med. 2013;111(1):126-33.
 11. Prefeitura Municipal de Campinas. Decreto nº 11.988, de 09 de outubro de 1995. Dispõe sobre a estrutura administrativa complementar da secretaria municipal de saúde.[internet]. [acesso em 22 de jan de 2017]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/decreto/1995/1199/11988/decreto-n-11988-1995-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-complementar-da-secretaria-municipal-de-saude?q=zoonoses>
 12. São Paulo (Estado). Lei nº 12.916, de 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências. [internet]. [acesso em 22 jan 2017]. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12916-16.04.2008.html>
 13. Savani ESMM, Presotto D, Roberto T, Camargo MCGO, D'Auria SRN & Sacramento DV. First occurrence of an autochthonous canine case of *Leishmania (Leishmania) infantum chagasi* in the municipality of Campinas, State of São Paulo, Brazil. Rev. Inst. Med. Trop. 2011;53(4):227-9.
 14. von Zuben APB, Angerami RN, Castagna C, Baldini MBD, Donalisio MR, The first canine visceral leishmaniasis outbreak in Campinas, State of São Paulo Southeastern Brazil. Rev. Soc. Bras. Med. Trop. 2014;47(3):385-388.
 15. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.138, de 23 de maio de 2014. Define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Brasília (DF), 2014.
 16. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 758, de 26 de agosto de 2014. Inclui subtipo na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2014, ago 27, Seção 1:92.
 17. Brasil, Ministério da Saúde, Esclarecimento sobre a Portaria nº 1.138/GM/MS, de 23 de maio de 2014. (Acessado em 10 dez 2016). Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?Itemid=631>
 18. Campinas, Lei Complementar nº 59, de 09 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a estrutura da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Campinas. Campinas (SP), 2014 jan 10.

19. Campinas (Cidade). Portaria Intersecretarias nº 13, de 03 de outubro de 2014. Dispõe sobre as recomendações e encaminhamentos para a transição de ações e projetos do atual Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria de Saúde para a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial do Município de Campinas. 07 out 2014; p17-21.
20. Campinas (Cidade) Secretaria de Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde. Informe Epidemiológico: Campanha de Vacinação contra a raiva em cães e gatos, 2016. [acesso em 10 dez 2016]. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/vigilancia/informes/2016/Informe_Epidemiologico_Campanha_Antirrabica_2016.pdf
-
-

Correspondência/Correspondence to:

Ricardo Conde Alves Rodrigues
Unidade de Vigilância de Zoonoses.
Rua Dr. César Paranhos de Godoy, nº 333, Campinas-SP, Brasil.
CEP 13.070-075.
Telefone: 55(19) 3245-1219.
E-mail: rconde72@gmail.com